

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2021

De conformidade com determinação do Prefeito do Município de Santa Gertrudes/SP, faço público para conhecimento de interessados, que se acha aberta a **Concorrência 03/2021**, objetivando a **Contratação De Sistema Pedagógico De Ensino Com Fornecimento De Material Pedagógico Para Os Alunos Da Educação Infantil (Maternal I, Maternal II, Pré I e Pré II) e Ensino Fundamental (1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos), Professores e Gestores Da Educação Infantil (Maternal I, Maternal II, Pré I e Pré II) e Ensino Fundamental (1º aos 9º anos), Com Assessoramento Técnico-Pedagógico Presencial E Suporte Pedagógico Para Professores, Gestores E Equipe Técnica Da Secretaria De Educação, Ferramenta Digital (Portal Educacional e APP) E Programa De Avaliação De Aprendizagem E Institucional, Conforme Especificações Técnicas**, pelo tipo de "menor técnica e preço", regida pela Lei Federal Nº: 8.666/93 e demais legislações expressa no item 3, deste Edital.

Os envelopes com a documentação, proposta técnica e financeira e amostras, deverão ser entregues no protocolo desta Prefeitura, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, **até às 08:30 horas do dia 24 de janeiro de 2022.**

O início da abertura dos envelopes será **às 09:00 horas do dia 24 de janeiro de 2022**, no Paço Municipal, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação visa a escolha da(s) melhor(es) proposta(s), nos termos do item 7 deste Edital, objetivando a **Contratação De Sistema Pedagógico De Ensino Com Fornecimento De Material Pedagógico Para Os Alunos Da Educação Infantil (Maternal I, Maternal II, Pré I e Pré II) e Ensino Fundamental (1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos), Professores e Gestores Da Educação Infantil (Maternal I, Maternal II, Pré I e Pré II) e Ensino Fundamental (1º aos 9º anos), Com Assessoramento Técnico-Pedagógico Presencial E Suporte Pedagógico Para Professores, Gestores E Equipe Técnica Da Secretaria De Educação, Ferramenta Digital (Portal Educacional e APP) E Programa De Avaliação De Aprendizagem E Institucional, Conforme Especificações Técnicas.**

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. A despesa originada por esta licitação será atendida pelas dotações orçamentárias:

2.1.1. Classificação: 12. 365.0013. 2.520. 33.90.30 no valor de R\$ 123.239,17;

2.1.2. Classificação: 12. 365.0013. 2.521. 33.90.30 no valor de R\$ 199.887,92;

2.1.3. Classificação: 12. 361.0014. 2.522. / 12. 361.0014. 2.528 / 12. 361.0014. 2.527 / 12. 361.0014. 2.514. - 33.90.30 no valor de R\$ 2.155.975,90.

2.1.4. As dotações acima elencadas constam do orçamento-programa para exercício econômico e financeiro de 2022, e correspondentes para os anos posteriores, caso haja prorrogação contratual.

3 - DO SUPORTE LEGAL

3.1. Esta licitação é regulada pelos seguintes dispositivos legais:

3.1.1. Constituição Federal;

3.1.2. Lei Orgânica Municipal;

3.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93;

3.1.4. Lei Federal Nº: 8.880/94;

3.1.5. Lei Federal Nº: 8.883/94;

- 3.1.6. Lei Federal Nº: 9.032/95;
- 3.1.7. Lei Federal Nº: 9.069/95;
- 3.1.8. Lei Federal Nº: 9.648/98;
- 3.1.9. Lei Federal Nº: 9.854/99;
- 3.1.10. Lei Complementar Nº: 123/2006;
- 3.1.11. Lei Federal Nº: 12.440/2011;
- 3.1.12. Lei Complementar Nº: 147/2014;
- 3.1.13. Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014
- 3.1.14. Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014
- 3.1.15. Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- 3.1.16. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

4 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A Prefeitura fornecerá, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, cópia deste Edital com seus elementos técnicos constitutivos, através do site www.santagertrudes.sp.gov.br.
- 4.2. Em caso de não solicitação pelos proponentes, de esclarecimento e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.
- 4.3. Não será permitida a participação de:
 - 4.3.1. Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas OU punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual E Municipal, salvo SUMULA 51 TCE.
 - 4.3.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas OU punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com este órgão licitante, salvo SUMULA 51 TCE.
 - 4.3.3. Empresas sob falência ou concordata, salvo SUMULA 50 TCE.
 - 4.3.4. A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

5 - DOS PRAZOS - DOS DOCUMENTOS - DAS PROPOSTAS TÉCNICAS - AMOSTRAS E DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS

- 5.1. Os licitantes deverão entregar no protocolo desta Prefeitura, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, **até as 08:30 horas do dia 24 de janeiro de 2022**, a documentação e as propostas técnica e financeira e amostras correspondentes a sua participação, em 03 (três) envelopes / caixas, separados, **opacos, indevassáveis, fechados** e numerados, contendo em sua parte externa o nome da empresa proponente e seu endereço, bem como o número da presente licitação e ainda a indicação correspondente ao seu conteúdo, a saber:

- 5.1.1. Envelope Nº: 01 (um) – DOCUMENTOS:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes; Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP; Departamento de Compras e Licitações; Envelope 01 (um) – Documentos; Concorrência 03/2021;
--

Dados da Empresa Licitante:
 Razão Social:
 Endereço Completo:
 Telefone:
 CNPJ:

5.1.2. Envelope / Caixa Nº: 02 (dois) – PROPOSTA TÉCNICA E AMOSTRAS:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
 Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
 Departamento de Compras e Licitações;
 Envelope 02 (dois) – Proposta Técnica e Amostras;
 Concorrência 03/2021;

Dados da Empresa Licitante:
 Razão Social:
 Endereço Completo:
 Telefone:
 CNPJ:

5.1.3. Envelope Nº: 03 (três) – PROPOSTA FINANCEIRA:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
 Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
 Departamento de Compras e Licitações;
 Envelope 03 (três) – Proposta Financeira;
 Concorrência 03/2021;

Dados da Empresa Licitante:
 Razão Social:
 Endereço Completo:
 Telefone:
 CNPJ:

5.1.4. Caso a indicação acima referida apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes e/ou caixas, ou mesmo inversão dos envelopes e/ou caixas (proposta no envelope de documentação ou proposta técnica ou vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, **desde que a incorreção apontada não cause dúvida nem atrapalhe o andamento do processo.**

5.1.5. Em nenhuma hipótese serão recebidos os envelopes contendo a proposta financeira ou técnica e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.

5.2. ENVELOPE Nº: 01 (UM) – DOCUMENTOS

5.2. Os documentos exigidos no envelope Nº: 01 (um) são:

5.2.1. Habilitação jurídica:

5.2.1.1. Registro Comercial, em caso de empresa individual;

5.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

5.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

5.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, com validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br);

5.2.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal **e com a Seguridade Social**, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conforme determina a Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº: 02, de 31 de agosto de 2005, com prazo de validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br), Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014, Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

5.2.2.2.1. Serão aceitas Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débito – CND, relativa à seguridade social, fracionadas, desde que vigentes.

5.2.2.3. A Fazenda Estadual (Certidão Negativa **DE DÉBITOS INSCRITOS E DE DÉBITOS NÃO INSCRITOS** quanto a Dívida Ativa do Estado).

5.2.2.4. Certificado de Regularidade – CRF perante os recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com validade em vigor, fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (www.caixa.gov.br);

5.2.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011 (www.tst.jus.br);

5.2.2.6. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa;

5.2.2.7. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança;

5.2.2.8. Certidões que omitirem a data de seu vencimento, só serão aceitas se tiverem sido expedidas até no máximo 90 (noventa) dias retroativos à data da abertura dos envelopes;

5.2.3 Qualificação técnica;

5.2.3.1. Pelo menos 01(um) atestado de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando satisfatoriamente o fornecimento de produtos com as características semelhantes ao da licitação, incluindo o fornecimento de material didático a alunos e professores, o suporte e assessoria pedagógica contínua aos professores e gestores, a disponibilização de acesso a portal educacional;

5.2.4. Qualificação econômico-financeira:

5.2.4.1. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua

substituição por balancete ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data em que requereu o registro, tomando como base a variação ocorrida no período, utilizando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro indicador que venha a substituí-lo;

5.2.4.2. Serão considerados aceitos como na forma da Lei, o balanço patrimonial assim apresentado:

5.2.4.2.1. Sociedade regida pela Lei Nº: 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas): publicados em Diário Oficial, publicados em jornal de grande circulação ou por cópia reprográfica autenticada;

5.2.4.2.2. Sociedade por cotas de responsabilidade limitada (Ltda): cópia reprográfica do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente; ou através de cópia reprográfica do balanço e das demonstrações contábeis devidamente autenticadas. **As empresas obrigadas a fazerem a escrituração através do Sistema Público de Escrituração Digital- SPED, deverão apresentar os relatórios do balanço e das demonstrações contábeis, o Termo de Abertura e de Encerramento e o Recibo de entrega;**

5.2.4.2.3. Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Nº: 9.317/96 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES): cópia reprográfica do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente; ou através de cópia reprográfica do balanço e das demonstrações contábeis devidamente autenticadas;

5.2.4.2.4. Sociedade criada no exercício em curso: cópia reprográfica do balanço de abertura, devidamente autenticado;

5.2.4.2.5. **Pode ser apresentado SPED para todas as possibilidades acima.**

5.2.4.3. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos da data de sua expedição;

5.2.4.4. Prova de capital social mínimo registrado e integralizado no valor de 5% do valor **GLOBAL (EDUCAÇÃO INFANTIL + FUNDAMENTAL I E FUNDAMENTAL II) estimado licitado, OU SEJA 5% DE R\$ 2.479.102,99 (Dois Milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, cento e dois reais e noventa e nove centavos)** comprovado mediante certidão expedida ou contrato social registrado na Junta Comercial, do qual conste o capital social vigente.

5.2.4.5. A boa situação financeira da empresa será demonstrada pelos seguintes índices mínimos:

5.2.4.5.1. Índice de Liquidez Corrente: maior ou igual a 1,0 (um), sendo $ILC = AC/PC$;

5.2.4.5.2. Índice de Liquidez Geral: igual ou maior a 1,0 (um), sendo $ILG = (AC+RPL) / (PC+ELP)$;

5.2.4.5.3. Índice de Endividamento: menor ou igual a 0,5 (zero vírgula cinco), sendo $IE = (PC+ELP) / AT$;

Em que: AC = ativo circulante; PC = passivo circulante; RLP = realizável a longo prazo; ELP = exigível a longo prazo; AT = ativo total; PL = patrimônio líquido.

5.2.4.5.4. O CÁLCULO DESSES ÍNDICES DEVERÁ SER APRESENTADO PELA EMPRESA LICITANTE.

5.2.5. Nos termos do art. 31, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, a licitante interessada em participar do presente certame deverá prestar garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º, do art. 56 da mesma Lei, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, ou seja, R\$ 24.791,00 (Vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um reais);

5.2.5.1. O recibo de recolhimento da garantia para participar desta licitação correspondente a R\$ 24.791,00 (Vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um reais), poderá ser realizada em:

5.2.5.1.1. Dinheiro, que deverá ser depositado na rede bancária onde a Prefeitura mantém conta caução, **POR DEPÓSITO IDENTIFICADO**, sendo que o comprovante deverá ser colocado junto ao envelope nº 01 – Documentos E ENCAMINHADO para o e-mail: tesouraria@santagertrudes.sp.gov.br, para que a TESOUREARIA da PREFEITURA possa identificar o depósito e o depositário para futura devolução;

5.2.5.1.1.1. Dados para o depósito identificado: Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, CNPJ.: 45.732.377/0001-73, Banco do Brasil, Agência: 4566-7, C/C: 130004-0;

5.2.5.1.1.2. É vedada a prestação de caução em cheque na forma do decidido no acórdão 1981/2009 do TCU;

5.2.5.1.2. Apólice de Seguro-Garantia, Carta de Fiança Bancária ou Títulos de Dívida Pública, **COM VALIDADE MÍNIMA DE 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS**, nos moldes do que dispõe o inciso III, do artigo 31, da Lei Federal Nº: 8.666/93, e o respectivo documento deverá ser colocado junto ao envelope nº 01 – Documentos;

5.2.5.2. O valor depositado como garantia de participação será devolvido às licitantes ao final do processo licitatório, após sua homologação, **mediante solicitação da licitante**;

5.2.6. Anexo C – Formulário de Dados Cadastrais, devidamente preenchido, datado, carimbado e assinado e respectivas Declarações;

5.2.6.1. Declaração escrita e expressa de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea, impedida ou suspensa de licitar ou contratar com a administração pública, em quaisquer de suas esferas e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (Anexo D).

5.2.6.2. Declaração escrita e expressa que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos (Anexo E).

5.2.7. Notas explicativas importantes do item relativo aos documentos:

5.2.7.1. Os documentos solicitados para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor habilitado da Prefeitura ou publicação na Imprensa Oficial;

5.2.7.1.1. As autenticações poderão também ser feitas pela Comissão de Licitações, nos termos do artigo 32 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, no ato de abertura do envelope respectivo, desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao representante legal presente.

5.2.7.2. Em todas as hipóteses referidas neste item, **não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido**;

5.2.7.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

5.2.7.4. O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preço, técnica e amostras e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

5.2.7.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião de habilitação deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que presente alguma restrição.

5.2.7.6. Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.2.7.7. A não-regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura dos contratos.

5.2.8. Na hipótese de ser a licitante a matriz, toda a documentação deverá ter sido expedida em nome desta, e se for a filial, toda a documentação deverá ter sido expedida em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.2.8.1. A Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações poderá diligenciar em qualquer fase desta licitação, efetuando consulta na internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

5.3. ENVELOPE / CAIXA Nº: 02 (DOIS) – DA PROPOSTA TÉCNICA E AMOSTRAS:

5.3. A proposta técnica deverá conter:

5.3.1. A proposta técnica deverá ser acondicionada em envelope fechado que deverá enunciar externamente os dizeres estipulados no item 5 e se restringirá a apresentação de:

5.3.1.1. Amostra completa (4 bimestres) do material didático oferecido, incluindo os cadernos didáticos dos alunos, cadernos didáticos dos professores e **todo o material complementar a ser ofertado (INCLUINDO SAEB)**;

5.3.1.2. Endereço e descritivo da ferramenta digital (portal educacional e App) da licitante, bem como login e senha de acesso para análise dos recursos disponíveis.

5.3.1.3. Descritivo da proposta de assessoria pedagógica ofertada;

5.3.1.4. Descritivo do sistema de ensino ofertado;

5.3.1.5. Descritivo do programa de avaliação aprendizagem e institucional ofertado;

5.3.1.6. Apresentação dos modelos de relatórios de devolutiva das avaliações.

5.3.4. Notas explicativas importantes:

5.3.4.1. A análise das amostras e demais componentes (ferramenta digital – Portal Educacional e APP -, serviço de assessoria pedagógica, e programa de avaliação de aprendizagem e institucional) frente às especificações técnicas estabelecidas no **Anexo A** – Termo de Referência, será feita por uma Comissão Especial de Educação designada pela **Portaria nº 3.290/2021 de 11 de novembro de 2021**, que emitirá **PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO**, em que constará a pontuação atribuída para cada licitante de acordo com os grupos de amostras avaliadas, sendo que cada critério será justificado, de acordo com os Critérios de Avaliação da Proposta Técnica, contidos no ANEXO A – Termo de Referência.

5.3.4.1.1. Cada pergunta / critério a ser avaliado será justificado no parecer emitido pela Comissão Especial da Educação, designada pela **Portaria nº 3.290/2021 de 11 de novembro de 2021**.

5.3.4.1.2. A ferramenta digital (Portal Educacional e App) em nome da licitante, será avaliada em suas atividades propostas, vídeos, ilustrações, modelos de acesso (alunos, pais, professores, coordenadores e diretores).

5.3.4.2. Serão desclassificadas as propostas técnicas que não atendam as exigências constantes neste instrumento convocatório e em seu Anexo A – Termo de Referência;

5.3.4.3. Também serão desclassificadas as propostas técnicas que não atendam às exigências constantes neste instrumento convocatório e no seu Anexo A – Termo de Referência ou que não atingirem pontuação igual ou superior a 70% da máxima pontuação técnica possível.

5.4. ENVELOPE Nº: 03 (TRÊS) – PROPOSTA FINANCEIRA

5.4. A proposta financeira deverá ser formulada de forma clara e precisa, em uma via datilografada ou digitada ou **à mão, desde que legível**, em português, datada e assinada, sem emendas, rasuras, borrões e entrelinhas, conforme o “Anexo B”, contendo:

5.4.1. Dados cadastrais do proponente, bem como o número da presente licitação;

5.4.2. Preços unitários e globais para o fornecimento dos produtos objetos desta licitação, com **precisão de 02(duas) casas decimais**;

5.4.2.1. Nos preços deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas de custos relacionados direta ou indiretamente com a contratação e implantação do programa educacional de fornecimento de material pedagógico, como por exemplo, os materiais didáticos e pedagógicos, impressão, arte, encadernação, embalagem, direitos autorais, custo intelectual, mão-de-obra especializada, equipamentos, seguros, encargos sociais e trabalhistas, custos e benefícios, taxas e impostos, frete para entrega dos materiais, despesas com palestrantes e professores realizadores dos encontros e palestras e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta;

5.4.3. Condições de pagamento: As notas fiscais devidamente atestadas pela unidade requisitante e processadas pela contabilidade, entre os dias 01 à 10 serão pagas até o dia 20 do mesmo mês, as processadas entre os dias 11 à 31 serão pagas até o dia 10 do mês subsequente;

5.4.3.1. Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que venha substituí-lo, a critério da Prefeitura.

5.4.3.2. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

5.4.3.3. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 5.4.3. será contado da data de entrega da referida correção.

5.4.3.4. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, cujos dados deverão estar indicados em sua proposta financeira.

5.4.3.4.1. **O preenchimento dos dados da conta corrente da pessoa jurídica é obrigatório**, tendo em vista que os pagamentos serão efetuados por depósito em conta e / ou transferências on line.

5.4.3.5. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

5.4.4. Prazo de validade da proposta com prazo mínimo de **60 (sessenta) dias corridos** a contar do dia de abertura das propostas. **Não havendo indicação expressa será considerado como tal;**

5.4.5. Prazo de entrega: Os materiais didáticos serão solicitados formalmente pela Administração com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência do início de cada bimestre letivo, e deverão estar à disposição da Contratante no prazo de até 10 (dez) dias contados da sua solicitação;

5.4.6. Local de entrega: Os materiais didáticos deverão ser entregues nas escolas municipais. Os endereços e quantidades serão definidos pela Secretaria de Educação e enviados para a empresa vencedora do certame juntamente com a autorização de fornecimento.

5.4.7. Declaração escrita e expressa que na entrega dos produtos, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da Secretaria Municipal de Educação, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita entrega dos produtos, de conformidade com as especificações do Anexo A – Termo de Referência.

5.4.8. Declaração escrita e expressa que os materiais ofertados atendem rigorosamente, as características necessárias arroladas no Anexo A – Termo de Referência.

5.4.9. Declaração escrita e expressa que nos preços deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas de custos relacionados direta ou indiretamente com a contratação e implantação do programa educacional de fornecimento de material pedagógico, como por exemplo, os materiais didáticos e pedagógicos, impressão, arte, encadernação, embalagem, direitos autorais, custo intelectual, mão-de-obra especializada, equipamentos, seguros, encargos sociais e trabalhistas, custos e benefícios, taxas e impostos, frete para entrega dos materiais, despesas com palestrantes e professores realizadores dos encontros e palestras e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta.

5.5. Notas explicativas importantes:

5.5.1. Todos os valores, custos e preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente no país;

5.5.2. Nos preços deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas de custos relacionados direta ou indiretamente com a contratação e implantação do programa educacional de fornecimento de material pedagógico, como por exemplo, os materiais didáticos e pedagógicos, impressão, arte, encadernação, embalagem, direitos autorais, custo intelectual, mão-de-obra especializada, equipamentos, seguros, encargos sociais e trabalhistas, custos e benefícios, taxas e impostos, frete para entrega dos materiais, despesas com palestrantes e professores realizadores dos encontros e palestras e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta;

5.5.3. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão às da proposta. Ocorrendo discrepância entre o valor unitário e global para os itens que integram a planilha do objeto do Edital, será considerado o valor global.

5.5.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5.5. A proposta financeira será considerada completa abrangendo todos os custos necessários à execução do objeto.

5.5.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório, **E QUE ESTEJAM ACIMA DA MÉDIA DE MERCADO ELENCADE NO ITEM 6 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

5.5.7. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

5.5.8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada **ou incrementada** a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

5.5.9. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

5.5.10. NÃO SERÃO COMPRADOS PRODUTOS COM VALOR SUPERIOR AO ESTIMADO. SE NÃO HOUVER PROPOSTAS COM VALORES DENTRO DO ESTIMADO, O CERTAME SERÁ CONSIDERADO FRACASSADO.

6 - DA HABILITAÇÃO E DA ABERTURA DAS PROPOSTAS TÉCNICA E FINANCEIRA

6.1. **1ª fase: Habilitação:** Abertura dos envelopes de Nº: 01 (um) – documentos:

6.1.1. Às **09:00 horas do dia 24 de janeiro de 2022**, na presença dos interessados, serão abertos os envelopes de Nº: 01 (um) - documentos, pela Comissão de Licitações, a qual dar-se-á no Paço Municipal, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP.

6.1.2. A licitante ME – Microempresa ou EPP – Empresa de Pequeno Porte que desejar gozar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, deverá comprovar seu porte mediante a apresentação de **DECLARAÇÃO** (Modelo Anexo F) em que afirme o enquadramento e ratifique o desejo de gozar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, juntando documento que comprove a condição de ME ou EPP, que poderão ser **01(um) dos listados abaixo**:

6.1.2.1. Declaração de enquadramento de ME ou EPP, registrada na Junta Comercial;

6.1.2.2. Comprovação de inscrição no Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional;

6.1.2.3. Ficha Cadastral **Completa ou Simplificada emitida pela Junta Comercial, contendo a declaração de enquadramento de ME ou EPP;**

6.1.2.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que não apresentarem FORA DOS ENVELOPES a declaração descrita no item 6.1.11, não farão jus ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06.

6.1.3. Será liminarmente excluída da presente licitação a empresa que não apresentar todos os documentos exigidos no item 5.2, sendo-lhe devolvido fechado o envelope de Nº: 02 (dois) – proposta técnica e amostras e Nº:03(três) – proposta financeira, nos termos do que dispõe o artigo 43, inciso II, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

6.1.4. Se a decisão sobre a habilitação não puder ser proferida na sessão inaugural, a Comissão de Licitações designará nova data para a sua divulgação.

6.1.5. Após a fase de habilitação, se ocorrer algum fato impeditivo desta, a empresa licitante por ele atingido deverá declará-lo por escrito, sob as penas da Lei.

6.1.6. No caso da licitante ser enquadrada como ME ou EPP proceder-se-á conforme descrito no item 5.2.7.6, dando sequência a abertura dos envelopes com as propostas técnicas, mesmo que estas apresentem alguma restrição na documentação de regularidade fiscal.

6.1.7. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pela Comissão de Licitação.

6.1.8. Se por qualquer motivo a abertura dos envelopes não puder ser feita em uma única sessão, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho pelos licitantes e membros da Comissão de Licitação, ficarão em poder do Presidente da Comissão de Licitação até a data e horários oportunamente marcados para outra sessão, a ser previamente divulgado entre os licitantes.

6.2. **2ª fase: Propostas Técnicas / amostras:** Abertura dos envelopes Nº: 02 (dois) – proposta técnica / amostras:

6.2.1. O envelope Nº: 02 (dois), contendo a proposta técnica / amostras, formulada de acordo com o item 5.3, será aberto em ato público, após abertura dos envelopes de Nº: 01 (um) - documentos, dos proponentes habilitados obedecendo aos prazos legais ou recusa citada em ata dos participantes em interpor recursos.

6.2.2. Será liminarmente excluída da presente licitação a empresa que não formular a proposta técnica / amostras de acordo com o item 5.3, deste Edital.

6.2.3. Após a abertura dos envelopes de proposta técnica / amostras, a Comissão de Licitação abrirá prazo de até 03 (três) dias úteis à Comissão Especial de Educação designada pela **Portaria nº 3.290/2021 de 11 de novembro de 2021**, respeitado o artigo 51 da Lei 8.666/93, para analisar individualmente cada amostra, proposta técnica, atestados de capacidade técnica e os outros elementos e especificações constantes do **Anexo A** – Termo de Referência, oportunidade que emitirá **PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO**, e indicarão a pontuação de acordo com os critérios de avaliação da proposta técnica, constantes no **Anexo A** – Termo de Referência.

6.2.4. A Comissão Especial da Educação enviará o resultado à Comissão de Licitação. Após a divulgação dos resultados de classificação das propostas técnicas no DOE / DOU e depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recursos ou, ainda, após o julgamento de recursos interpostos, a Comissão de Licitação devolverá os envelopes “PROPOSTA FINANCEIRA”, devidamente fechados, aos licitantes que não tiverem suas propostas técnicas / amostras classificadas.

6.2.5. Publicar-se-á o resultado da habilitação e avaliação técnica / amostras no DOE / DOU, contando-se os prazos legais para eventual interposição de recursos. Caso não haja apresentação de recursos, o processo será encaminhado para a próxima fase.

6.2.6. Quando todos os licitantes forem inabilitados, ou todas as propostas técnicas forem desclassificadas, ou ainda, todas as propostas de preços forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de novas propostas que atendam às exigências estabelecidas neste Edital, na forma do § 3º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93.

6.3. **3ª fase: Proposta Financeira:** Abertura dos envelopes Nº: 03 (três) – proposta financeira:

6.3.1. O envelope Nº: 03 (três), contendo a proposta financeira, formulada de acordo com o item 5.4, será aberto em ato público, após abertura dos envelopes de Nº: 02 (dois) - proposta técnica / amostras, dos proponentes classificados obedecendo aos prazos legais ou recusa citada em ata dos participantes em interpor recursos.

6.3.2. Será liminarmente excluída da presente licitação a empresa que não formular a proposta financeira de acordo com o item 5.4, deste Edital

6.3.3. De tudo lavrar-se-á ata, que será assinada por todos os presentes e pela Comissão de Licitações. Os presentes também rubricarão os documentos e as propostas apresentadas.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS E TECNICAS

7.1. O julgamento da "**Proposta Técnica**" será efetuado pela Comissão designada pela **Portaria nº 3.290/2021 de 11 de novembro de 2021**, calculando-se o Índice Técnico de cada licitante (IT) da seguinte forma:

7.1.1. O índice técnico (IT) será obtido mediante divisão da Pontuação Técnica (PT) de cada proposta pela pontuação da proposta que obteve a maior pontuação (MPT) conforme a seguinte fórmula, utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente:

$$IT = \frac{PT}{MPT}$$

Em que:

IT = índice técnico do licitante;

PT = pontuação técnica do licitante;

MPT = maior pontuação técnica

7.2. O Julgamento das "**Proposta de Preço**" será efetuado calculando-se o Índice de Preços (IP) de cada licitante da seguinte forma:

7.2.1. A Comissão de Licitação analisará as "Propostas de Preços" das licitantes que tiverem suas "Propostas Técnicas" classificadas em conformidade com o Edital. Como resultado deste julgamento será atribuído um índice de preços (IP), conforme segue:

7.2.1.1. O índice de preço (IP) será calculado dividindo-se o menor preço apresentado (MPP), pelo preço de cada proposta analisada (P), e obtido mediante a seguinte fórmula, utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente:

$$IP = \frac{MPP}{P}$$

Em que:

IP = índice de preço da licitante;

MPP = menor preço proposto;

P = preço proposto pela licitante.

7.2.2 Serão desclassificadas as empresas que apresentarem propostas:

7.2.2.1. Com valor global TOTAL (**incluindo INFANTIL, FUNDAMENTAL I E II**) superior ao preço de aceitabilidade de **R\$ 2.479.102,99 (Dois milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, cento e dois reais e noventa e nove centavos).**

7.2.2.2. Que consignarem preços simbólicos, irrisórios, sejam alternativas ou tenham sido formuladas em desacordo com os requisitos estabelecidos no edital.

7.2.2.3. Que sejam omissas, vagas, imprecisas ou que apresentem irregularidade capaz de dificultar o julgamento.

7.3. A **avaliação final de técnica e preço (A)** de cada proposta será obtida mediante a aplicação da seguinte Fórmula, utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente:

$$A = (IT \times 7) + (IP \times 3)$$

Em que:

A = Avaliação;

IT = Índice Técnico;

IP = Índice de Preço.

7.4. Serão considerados na análise e julgamento final os fatores de ponderação:

- TÉCNICA: 07 (sete)

- PREÇO: 03 (três)

7.5. Atendidas as condições de julgamento, os serviços correspondentes a esta licitação serão adjudicados para a empresa considerada vencedora, que obteve a maior avaliação (A).

7.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate ocorrerá, por sorteio em ato público, a ser comunicado às proponentes com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, na forma do §2º, do art. 45, da Lei Nº 8.666/93.

7.7. O objeto da licitação será adjudicado e homologado globalmente a uma só empresa, na forma prevista do inciso VI do art. 43, da Lei No. 8.666/93.

7.8. Transcorrido o prazo recursal, o resultado de julgamento será submetido à Autoridade competente, para homologação.

7.9. Obedecida a sequência ordinal crescente da classificação, será adjudicado o objeto da presente licitação à licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

7.10. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência as licitantes enquadradas como ME ou EPP, conforme artigo 44, Lei Complementar 123/2006, nos seguintes termos:

7.10.1. Entende-se por empate aquelas situações em que os preços apresentados pelas empresas enquadradas como ME ou EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta mais bem classificada, nos moldes do § 1º, do artigo 44, da Lei Complementar 123/2006;

7.10.2. A ME ou EPP cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior aquela mais bem classificada no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, nos moldes do inciso I, do artigo 45, da Lei Complementar 123/2006;

7.10.3. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a notificação formal da classificação provisória;

7.10.4. A nova proposta deverá ser apresentada no formato exigível no item 5.4. deste edital, inserida em envelope lacrado, opaco e indevassável, contendo em sua parte externa o nome da empresa proponente e seu endereço, bem como o número da presente licitação e ainda a indicação correspondente ao seu conteúdo, a saber:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Departamento de Compras e Licitações;
Envelope 02 (dois) – Proposta Financeira Renovada (LC 123/2006);
Concorrência 03/2021;

Dados da Empresa Licitante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

7.10.5. Caso a ME ou a EPP mais bem classificada não exercer seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocados as remanescentes que se enquadrem no limite disposto no item 7.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, nos moldes do inciso II, do artigo 45, da Lei Complementar 123/2006;

7.10.5.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por ME ou EPP;

7.10.6. Uma vez exercido o direito de preferência as ME ou EPP, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentadas por elas propostas de preço inferior ao do primeiro classificado, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, nos moldes do § 1º, do artigo 45, da Lei Complementar 123/2006.

7.11. Em caso de empate de preços entre duas ou mais propostas apresentadas por licitantes não enquadradas como ME ou EPP, e depois de obedecido ao disposto no § 2º, do artigo 30, da Lei Federal Nº: 8.666/93, a classificação far-se-á, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, nos moldes do § 2º, do artigo 45, da aludida Lei.

7.12. A Comissão de Licitações observará ainda, o que dispõe o artigo 44, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

7.13. A análise e a apreciação das propostas serão realizadas pela Comissão de Licitações, ficando-lhes facultado o direito de consultar técnicos se necessário.

7.14. O julgamento e aprovação das propostas também serão feitos pela Comissão de Licitações e a homologação pelo Chefe do Poder Executivo.

7.15. Não serão comprados produtos com valor superior ao estimado. Se não houver propostas com valores dentro do estimado, o certame será considerado fracassado.

8 - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

8.1. Conforme dispõe a Lei Federal Nº: 8.880/94, os preços não sofrerão reajustes pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da celebração do contrato.

8.2. Na hipótese de prorrogação, e após o decurso do prazo contratado inicialmente, o preço **PODERÁ SER REAJUSTADO ANUALMENTE**, a contar da data de assinatura do contrato, utilizando-se como parâmetro de reajuste os índices autorizados pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que vier a substituí-lo a critério da PREFEITURA.

8.2.1. A CONTRATADA que desejar o reajuste estabelecido no item 8.2., deverá manifestar tal intenção, por escrito, e protocolá-la no serviço de protocolo, antes do término do contrato.

8.3. Será mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato conforme prescreve a Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações, a ser recomposto no indicado pelos preços vigentes na data da apresentação da proposta, ou de formulação dos preços a que esta se referir, ou ainda da última revisão contratual caso esta tenha envolvido pactuação de novos preços.

9 – DOS PAGAMENTOS

9.1. Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: as notas fiscais processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 10 serão pagas no até o dia 20 do mesmo mês, as atestadas entre os dias 11 à 31 serão pagas no até o dia 10 do mês subsequente.

9.2. Os recursos financeiros serão atendidos pelas seguintes dotações orçamentárias:

9.2.1. Classificação: 12. 365.0013. 2.520. 33.90.30 no valor de R\$ 123.239,17;

9.2.2. Classificação: 12. 365.0013. 2.521. 33.90.30 no valor de R\$ 199.887,92;

9.2.3. Classificação: 12. 361.0014. 2.522. / 12. 361.0014. 2.528 / 12. 361.0014. 2.527 / 12. 361.0014. 2.514. - 33.90.30 no valor de R\$ 2.155.975,90.

9.3. As dotações acima constam do orçamento-programa para exercício econômico e financeiro de 2022 e as correspondentes para os exercícios seguintes, em caso de prorrogação contratual.

9.4. Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que venha substituí-lo, a critério da Prefeitura.

9.5. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

9.6. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 9.1. será contado da data de entrega da referida correção.

9.7. Os valores das notas fiscais estão sujeitos a retenções tributárias e previdenciárias na forma da lei.

9.8. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

10 - DO CONTRATO

10.1. A licitante considerada vencedora será notificada para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

10.1.1. A recusa injustificada da licitante considerada vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitará à mesma as penalidades estabelecidas neste Edital.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração pública municipal.

10.3. Tratando-se de ME ou EPP, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente a assinatura de contrato, a regularidade fiscal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis a matéria.

10.4. Não ocorrendo a regularização prevista no item 10.3, facultar-se-á a administração:

10.4.1. A retomada, em sessão pública, dos procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de mais ME's e EPP's, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.3.1 deste edital;

10.4.2. A revogação desta licitação, nos moldes do § 2º, do artigo 43, da Lei Complementar 123/2006.

10.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10.6. É facultado à administração pública, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

10.7. A Secretaria Municipal de Educação é o órgão credenciado pela Prefeitura, para vistoriar a execução do contrato e a prestar toda assistência e a orientação que se fizerem necessárias.

10.8. A Prefeitura poderá, no decorrer da execução do contrato, alterar a quantidade, para mais ou para menos, do objeto da contratação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias à contratada, bem como liberar as ordens de serviço por etapas, nos moldes do § 1º, do artigo 65, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

11 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O contrato a ser firmado terá vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na ocorrência de qualquer das situações elencadas pelo § 1º, do artigo 57, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

12 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Independentemente de interpelação judicial, o contrato será rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

13 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2. A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93).

13.3. Os materiais didáticos serão solicitados formalmente pela Administração com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência do início de cada bimestre letivo, e deverão estar à disposição da Contratante no prazo de até 10 (dez) dias contados da sua solicitação.

13.4. Local de entrega: Os materiais didáticos deverão ser entregues nas escolas municipais. Os endereços e quantidades serão definidos pela Secretaria de Educação e enviados para a empresa vencedora do certame juntamente com a autorização de fornecimento

13.5. As reuniões de suporte pedagógico deverão ser agendadas pela Secretaria Municipal de Educação, conforme suas necessidades, obedecida à periodicidade compromissada pela licitante, devendo aquela Secretaria atestar a sua realização.

13.6. A Gestão do contrato será de responsabilidade da Secretária Municipal de Educação – Simone Bernardo de Lorena Chiaradia.

14 - DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação, inclusive para efeito de aplicação de penalidades, será **atribuição da Secretária Municipal de Educação – Simone Bernardo de Lorena Chiaradia**, que indicará, para tanto, os servidores que entender necessários.

14.2. As Ordens de Serviço e toda correspondência relativa à presente licitação, deverão ser processadas por escrito.

14.3. Na hipótese da empresa contratada negar-se a assinar o recebimento com protocolo de qualquer correspondência a ela dirigida, a mesma será enviada pelo correio, registrada ou por aviso de recebimento (AR), considerando-se desta forma entregue para todos os efeitos.

14.4. A empresa contratada obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar equipamentos e materiais, e a fornecer, quando solicitado, todos os dados e elementos relativos à entrega dos produtos.

14.5. A Secretaria Municipal de Educação poderá, em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos produtos, reservando-se o direito de rejeitá-las a seu critério, quando não forem consideradas satisfatórias, devendo a contratada refazê-las às suas expensas.

14.6. Caberá à empresa contratada:

14.6.1. Reconhecer por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que possam causar à PREFEITURA, coisas ou pessoas de terceiros, em decorrência do fornecimento dos materiais, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA.

14.6.2. Permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar equipamentos, materiais e a fornecer, quando solicitada, todos os dados e elementos relativos aos materiais.

14.6.3. A PREFEITURA, através da Secretaria Municipal de Educação, poderá em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização, reservando-se o direito de rejeitar os materiais a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, de acordo com as especificações do Anexo A, a este edital, devendo a CONTRATADA refazê-las às suas expensas.

14.6.4. Providenciar e selecionar ao seu exclusivo critério, e contratar, em seu nome, a mão-de-obra necessária o fornecimento dos materiais, seja ela especializada ou não, técnica ou administrativamente, respondendo por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, não tendo os mesmos nenhum vínculo empregatício com a PREFEITURA;

14.6.5. Arcar com todas as despesas referentes a custos relacionados direta ou indiretamente com a contratação e implantação do programa educacional de fornecimento de material pedagógico, como por exemplo, os materiais didáticos e pedagógicos, impressão, arte, encadernação, embalagem, direitos autorais, custo intelectual, mão-de-obra especializada, equipamentos, seguros, encargos sociais e trabalhistas, custos e benefícios, taxas e impostos, frete para entrega dos materiais, despesas com palestrantes e professores realizadores dos encontros e palestras e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta;

14.6.6. Facultar a PREFEITURA exercer a verificação dos materiais empregados, equipamentos e serviços em execução;

14.6.7. Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes ao objeto licitado;

14.6.8. Cumprir rigorosamente todas as exigências e especificações contidas nesse Edital e Anexos, principalmente no que se refere ao Anexo A – Termo de Referência.

15 - DO PESSOAL

15.1. Competirá à empresa contratada a admissão e registro dos empregados e técnicos necessários ao desempenho das entregas de produtos contratados, correndo por sua conta todos os encargos sociais, seguros, uniformes, exigências das Leis Trabalhistas e Previdenciárias enfim todos os custos provenientes da execução do objeto da presente licitação, não tendo os mesmos vínculo empregatício algum com a Prefeitura.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O atraso injustificado na execução do objeto desta licitação, sem prejuízo do disposto no § 1º, do artigo 86, da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

16.1.1. Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor global deste contrato;

16.1.2. Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor global deste contrato.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, poderão ser aplicadas a CONTRATADA as seguintes penalidades:

16.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;

16.2.2. Aplicação de suspensão temporária para licitar e/ou contratar com a municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto no artigo 87 da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações.

16.3. A penalidade aqui prevista é autônoma e sua aplicação cumulativa é regida pelo artigo 87, §§ 2º e 3º, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

16.4. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido aos cofres da PREFEITURA, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da PREFEITURA.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

17.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências quanto aos termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da Concorrência, cabendo a Comissão de

Licitações e Secretaria Municipal de Educação decidir sobre a petição. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx19) 3545-8000.

17.2. Qualquer pessoa poderá solicitar impugnação dos termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a realização da Concorrência, cabendo a Comissão de Licitações e Secretaria Municipal de Educação decidir sobre a petição. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx19) 3545-8000.

17.3. As petições deverão ser encaminhadas por **escrito e assinadas**, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 17:00 horas, através do e-mail: protocolo@santagertrudes.sp.gov.br.

17.4. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

17.5. Em caso de alteração no texto do Edital e de seus anexos, **que afete a formulação das propostas**, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

17.6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

17.7. Cópias e vistas ao processo licitatório, deverão ser solicitadas por **escrito e assinadas**, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 17:00 horas, através do e-mail: protocolo@santagertrudes.sp.gov.br.

17.7.1. Será designada uma data, a partir do protocolo, para que o interessado retire as cópias solicitadas ou tenha vistas ao processo.

18 - DOS ANEXOS

18.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos os seguintes anexos:

18.1.1. Anexo A – Termo de referência;

18.1.2. Anexo B – Formulário de Proposta Financeira;

18.1.3. Anexo C – Formulário de Dados Cadastrais e Declarações;

18.1.4. Anexo D - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;

18.1.5. Anexo E - Modelo de declaração de regularidade para com o Ministério do Trabalho;

18.1.6. Anexo F - Modelo de declaração de micro e pequena empresa;

18.1.7. Anexo G - Minuta do contrato;

18.1.8. Anexo H - Termo de Ciência e Notificação junto TCESP;

18.1.9. Anexo I – Modelo Termo de Recuperação Judicial;

18.1.10. Anexo J – Modelo Termo de Recuperação Extra Judicial.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

19.1. Não será permitido o fornecimento dos materiais sem que a Secretaria de Educação emita, previamente, a respectiva Ordem de Serviço.

19.2. A aceitação da proposta vencedora pela Prefeitura obriga o seu proponente à execução integral do objeto desta licitação, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custo ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

19.3. A Prefeitura poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da documentação ou proposta apresentada.

19.4. A licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Prefeitura, quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluída da presente licitação.

19.5. A apresentação das propostas implica que as empresas participantes conhecem e que aceitam todos os termos do presente Edital e seus anexos.

19.6. Correrão por conta da licitante vencedora quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência da execução do contrato.

19.7. As dúvidas surgidas na aplicação no presente Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

19.8. A autoridade administrativa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, podendo também, anulá-la, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso, conforme dispõe o artigo 49 da Lei de Licitações.

19.9. Não será permitida a subcontratação total do objeto desta licitação.

19.10. A empresa contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura.

19.11. A simples participação da empresa nesta licitação caracteriza que a mesma se sujeita integralmente às disposições legais que regem as normas sobre licitações e contratos no âmbito do Poder Público, e as exigências da presente licitação.

19.12. Pela elaboração e apresentação da documentação e proposta as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

19.13. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital será feita de acordo com o artigo 110, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, sendo considerados dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

19.14. Para conhecimento do público, expede-se o presente Edital que será afixado de forma resumida no mural de avisos da Prefeitura, e seu extrato será publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação.

19.15. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Claro, Estado de São Paulo, para dirimir as eventuais pendências oriundas do presente Edital.

Santa Gertrudes/SP, 06 de dezembro de 2021.

Lázaro Noé da Silva
Prefeito do Município de Santa Gertrudes / SP